

O mal português: a dependência, causa do subdesenvolvimento

Neste pequeno artigo tentarei responder à seguinte pergunta: quais foram as causas que colocaram na cauda dos Estados ocidentais europeus actuais o mais poderoso dos países do mundo dos finais da Idade Média?

1) A obtenção de uma resposta satisfatória requer que se examine, de modo rigoroso, a economia mundial dos últimos 500 anos. É certo que sempre existiram países mais ricos e mais pobres; esta desigualdade era tida, nessa altura, como obra de Deus. Mas mais ainda: o papa dividira o mundo entre as duas maiores potências marítimas, Espanha e Portugal, para que «a fé cristã fosse levada a todos os povos». Para estes dois Estados da Europa do Sul, o verdadeiro objectivo da sua acção era, com efeito, e antes de mais, a exploração das riquezas destes «povos sem fé», por exemplo, as especiarias da Índia, os escravos de África e o ouro da América do Sul.

A opinião de uma necessária desigualdade da riqueza das nações foi aceite até, mais ou menos, ao século XVIII; a única diferença residia no domínio das principais potências, Espanha e Portugal, por Estados melhor armados e detentores de uma economia mais desenvolvida.

Nesta nova constelação de poderes, os vencedores eram, em primeiro lugar, a Inglaterra, a França, a Holanda e algumas cidades comerciais da Alemanha, para as quais o resto do mundo se transformou num campo de exploração. Significa isto que não foram vítimas do mercantilismo destes poderosíssimos países apenas as províncias mais fracas, mas também os Estados mais fortes, como a Península Ibérica ou a imensa Rússia. (O mercantilismo tornou-se, deste modo, a primeira teoria consistente para explicar as relações entre áreas ricas e pobres.)

Tentarei, nas linhas seguintes, exemplificar a razão de uma tal relação de desigualdade: penso que a longa ligação entre Inglaterra, primeira potência industrial do mundo, e o seu aliado Portugal, o qual, não obstante a sua ainda forte posição, se tornou progressivamente uma espécie de «semicolónia» da sua «poderosa» aliada, constitui matéria de extremo interesse para esta análise. Em minha opinião, o registo exacto deste desenvolvimento é importante não apenas para uma retrospectiva histórica, mas também para a evolução posterior de Portugal, pois que o seu subdesenvolvimento começou precisamente com a sua posição de desigualdade em relação à Inglaterra (para esta tese ver o meu livro *Die Unterentwicklung Portugals*, Francoforte/Nova Iorque, 1978).

2) Nos séculos XVIII e XIX, vários economistas começaram a preocupar-se com problemas relacionados com o subdesenvolvimento e suas causas mais

* Universidade de Constança, República Federal da Alemanha.

profundas (por exemplo, Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx), tendo, contudo, as suas teorias ficado num estádio insatisfatório. E assim permaneceram até inícios do nosso século, quando a teoria do imperialismo, desenvolvida por Lenine, Hilferding, Hobson ou Rosa Luxemburgo, trouxe um novo contributo: demonstrava que as potências industriais obtinham os seus *inputs* em grande parte graças à exploração das matérias-primas dos países subdesenvolvidos. Estas colónias e semicolónias exploradas acabavam, assim, por *ficar para trás*, uma vez que toda a sua indústria e desenvolvimento geral estavam completamente ao serviço dos Estados dominantes.

3) Se tomarmos agora o caso de Portugal, verificaremos que todas as tentativas, ainda que tímidas, para construir uma indústria própria foram sistematicamente destruídas pouco tempo depois, em virtude da sua fraqueza militar. O seu papel em relação à sua forte «aliada» Inglaterra — e, mais tarde, em relação a outros Estados também — limitou-se principalmente à produção de bens rurais, tais como vinho, cortiça, lã, e ao pescado. Por outro lado, Portugal era necessário como mercado consumidor dos bens industriais e como campo de investimento rendoso para os capitais supérfluos dos estados dominantes (por exemplo em fábricas de vinhos).

4) Esta separação entre Portugal e a Inglaterra colocou aquele pequeno país, desde o século XIX, numa posição em tudo semelhante à de uma infeliz e verdadeira colónia, e isto se compararmos não apenas as relações de troca económica, mas também as relações de dependência: as potências dominantes precisam agora cada vez menos de força *directa* para aslxiar Portugal — a mudança industrial, de modo *indirecto*, substituiu a força mais eficazmente.

5) Como consequência lógica da constelação referida, Portugal e alguns dos outros sistemas económicos sul-europeus atingiram, devido ao seu estatuto de quase colónias, uma deformação de tal modo forte e um corte tal nas suas redes sociais que os seus governos se sentiram incapazes de encontrar soluções para escaparem a este círculo vicioso. E precisamente nestas semicolónias começaram a surgir teorias extremamente conservadoras, em especial nos quadros do Exército, na Igreja e sob a pressão dos detentores do capital, tanto locais como estrangeiros. A emergência destes sistemas fascistas originou a Itália de Mussolini, seguindo-se, alguns anos depois, a Espanha e Portugal. Estes «pronunciamentos» não fizeram mais do que trazer ao povo sangue e repressão, enquanto os grandes proprietários fundiários e donos de empresas exploravam, sem qualquer respeito, os trabalhadores. Os governos dos Estados democráticos adoptaram uma atitude bastante tolerante para com estes regimes brutais devido aos interesses dos investidores estrangeiros, que abertamente ajudaram estas ditaduras a aumentar também os seus próprios benefícios... onde quer que políticos e companhias multinacionais tivessem possibilidade de fazer dinheiro, faziam-no sem escrúpulos, alheios ao carácter fascista dos regimes.

6) Os generais que em 1926 chefiaram a insurreição contra a República Portuguesa actuaram de modo muito hábil: volvidos dois anos chamaram para ministro das Finanças o professor de Economia António de Oliveira Salazar. A sua ideologia era uma amalgama de doutrinas ultraconservadoras: pondo em prática uma política financeira de restrições, fez com que Portugal se tornasse de novo, e num curto espaço de tempo, um país digno de crédito — tanto para os capitais locais como para os estrangeiros; no campo social seguiu claramente a doutrina fascista do filósofo francês André Maurras e a obsoleta encíclica do papa Leão (proibição de sindicatos, greves e eleições).

Como resultado destes factos, Portugal readquiriu a confiança do mundo, sem que ninguém pudesse ou quisesse ver que o «genial financeiro» Salazar era

um brutal ditador para o seu povo, bem como para os habitantes das colónias portuguesas africanas e asiáticas.

7) Salazar, que fundara o seu Estado Novo com o objectivo de realçar a antiga glória do Império Lusitano e de, por essa via, libertar Portugal da dependência externa, jamais chegou a atingir esse objectivo. Apesar de a sua ditadura ter durado mais do que qualquer outra na Europa, cerca de 40 anos, e de o Império Colonial ter sobrevivido a todos os outros, a dependência do País, após a morte de Salazar, tornou-se maior do que nunca.

Salazar teve de pagar um elevado preço pela tolerância em relação à sua repressão interna e à sua repressão racista externa: assim, não pode — contra os seus princípios ideológicos — nem participar abertamente ao lado de Franco na Guerra Civil Espanhola, nem lutar ao lado das potências fascistas durante a segunda guerra mundial. Pelo contrário, teve de pôr completamente à disposição dos Aliados a importantíssima posição estratégica de Portugal (no canto sul da Europa, aeroportos nas ilhas dos Açores). Como 500 anos antes, este pequeno Estado teve, por isso, de voltar a lutar do mesmo lado da sua associada dominante, a Grã-Bretanha, sem a possibilidade de escolher o lado mais favorável.

8) Terminada a guerra, e em reconhecimento da sua fidelidade ao Ocidente, Salazar esperava obter caminho livre para a realização das suas ideias políticas. Mas esta esperança não passou de sonho vão, numa época de aproximação das economias a uma escala mundial. Além do mais, as suas ideias conservadoras impediram que se produzisse um desenvolvimento geral do País, porque promoveram apenas algumas grandes empresas e os grandes proprietários fundiários. Entretanto, as pequenas oficinas e os pequenos proprietários fundiários estavam, na sua maioria, tão atrasados ainda, que lhes era impossível conseguir avançar no sentido tanto do seu próprio desenvolvimento futuro, como no do País. O resultado das concepções económicas de Salazar entre 1935 e 1965 foi, assim, a concentração da riqueza de Portugal nas mãos de uma minoria; entretanto, a maioria dos Portugueses apenas tinham o mínimo para sobreviver; por outro lado, a parte cada vez maior do capital estrangeiro nas maiores empresas industriais aumentou intensamente a dependência — precisamente em sentido oposto aos objectivos e pretensões de Salazar em 1930!

9) Esta má situação agravou-se ainda mais quando as colónias africanas, que desde 1955 contribuíam com as riquezas do seu solo para melhorar a balança comercial portuguesa, iniciaram as suas guerras de guerrilha. Estas guerras fizeram não só com que as colónias fossem cada vez menos exploradas, como forçaram também o Estado central a investir enormes somas com o Exército e com material bélico. Deste modo, Salazar e o seu sucessor Caetano caíram, entre 1960 e 1974, numa nova crise e numa nova dependência: para esta guerra sem solução não só necessitavam de um grande apoio financeiro das potências ocidentais, mas também tinham, agora, perdido a confiança das grandes empresas. A conclusão era a de que os modernos empresários exigiam agora uma solução sem as clássicas colónias, substituindo-as por uma fórmula neocolonial. Com esta decisão firmava-se o fim do fascismo português, ao mesmo tempo que se enterrava o velho sonho de um império lusitano.

Assim, a «revolução dos cravos» foi, ao mesmo tempo, o resultado e o resgate dos acontecimentos dos últimos quinze anos.

10) Conclusão: como resultado desta análise, defendo aqui a tese de que o subdesenvolvimento de Portugal pode ser explicado se virmos o ponto de ruptura da sua evolução, não só no subsistema de Portugal, mas também nos sistemas dominantes dos mais poderosos países capitalistas a partir da revolução

industrial. O desenvolvimento dependente imposto ao débil Portugal por estes Estados foi-se realizando no decurso de séculos, simultaneamente em benefício do progresso das potências dominantes e à custa do crescente atraso de economias débeis, como a de Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda, etc.

As teorias de Paul Baran sobre os países do Terceiro Mundo, desenvolvidas, após a sua morte, por muitos outros autores (por exemplo, Sweezy, Cardoso, Furtado, Marini, Poulantzas), parecem provar o que acabo de dizer e permanecem também válidas para alguns Estados periféricos do Ocidente altamente industrializado.

Para Portugal, esse facto traduz-se numa perspectiva realmente má: as suas obsoletas estruturas económicas, sociais e políticas não podem ser modificadas pela aplicação simples de receitas europeias; ou seja, nem a entrada na Comunidade Europeia, nem os créditos concedidos por fundações de crédito internacionais, poderão traduzir-se em sucessos, como acontece em Estados desenvolvidos. Pelo contrário, poderão, sim, causar o resultado precisamente oposto, como nos mostram os exemplos actuais da Irlanda e da Grécia.